

# A leitura de Jakobson: sobre Saussure e Peirce

## *Jakobson's reading: on Saussure and Peirce*

Rodrigo Marcelino  
marcelino@letras.ufrj.br  
<https://orcid.org/0000-0001-7740-0780>

Professor doutor da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ).

### Resumo

Tratamos dos obstáculos epistemológicos existentes para a relação entre semiótica peirceana (comunicação) e semiologia saussuriana (linguística). Revisita-se uma leitura de Roman Jakobson, que permite entrever uma integração entre as duas tradições a partir do princípio de que um signo é traduzido por outro mais explícito. Apresentamos quatro obstáculos epistemológicos que bloqueiam tal integração: a) o apego à função autor, que resulta na escolha da metalinguagem; b) o programa da obra, que pressupõe uma ordem metafísica; c) o princípio aritmético do signo, o número 2 pertence à definição de Saussure e 3 à definição de Peirce; e d) a principalidade da linguagem no conjunto dos regimes de signos. Todo regime deve ser traduzido por uma língua natural. Abordamos o último obstáculo a partir da fotografia da imprensa, pois com ela se coloca habitualmente o problema da tradução entre dois diferentes regimes de signos, mas que substituímos pelo problema da transição entre eles. Palavras-chave: semiótica, semiologia, obstáculo epistemológico, tradução.

### Abstract

This study focuses on the epistemological obstacles for the relationship between Peircean semiotics (communication) and Saussurean semiology (linguistics). This relationship was suggested by Roman Jakobson based on the principle that a sign is translated by another more explicit one. There are four epistemological obstacles that must be overcome to obtain such a merging: a) The attachment to the author function, which defines the terminology; b) The epistemological program of the work, which presupposes a metaphysical position. c) The differentiation of the sign by numerical criteria, which assigns 2 to Saussure and 3 to Peirce. d) The predominance of the language as the main regime of signs, which states that every regime must be translated by it. For this final obstacle, photojournalism works as an example, since it is accepted that news photography requires translation between two different regimes of signs, which is replaced by the notion of transitioning between them.

Keywords semiotics, semiology, epistemological obstacle, translation.

### Introdução

“Qual é então, exatamente, a relação entre teoria da comunicação e linguística?” (Jakobson, 2022a, p. 21). Essa é uma questão que, embora seja de um interesse atual, a retomamos de uma conferência do ano de 1952 proferida pelo judeu Roman Jakobson. Na conferência, realizada na Universidade de Indiana, Jakobson parece aproximar duas abordagens de estudo. Iria situar uma semiótica, compreendida no sentido de C. S. Peirce, ao lado de uma linguística estrutural ou semiológica, compreendida a partir de F. de Saussure. A semiótica vai aparecer como uma boa escola para a linguística estrutural. Precioso auxílio que Jakobson encontra em Peirce, considerado por ele como um dos maiores precursores da análise estrutural linguística. Assim, seriam feitas as “pesquisas sobre as relações entre linguagem e outros sistemas de signos” (Jakobson, 2022a, p. 20).

Se há relação entre comunicação e linguística, ela se atualiza também entre semiótica e semiologia, que “são termos frequentemente abordados nos estudos de comunicação” (Oliveira Júnior, 2011a, p. 1) e, sobretudo, eram partes

indiretas da formulação de Jakobson. Os problemas suscitados pela semiótica e pela semiologia mantêm a relação entre comunicação e linguística, pois é possível entender a semiologia como ramo da linguística, assim como a comunicação pelas propostas colocadas pela semiótica. As várias divisões, métodos e tendências que existem na história das teorias da comunicação podem ser explicadas devido ao campo possuir “um objeto que muda intensamente de forma” (Henn, 2002, p. 93-94).

Não acreditamos que a semiótica e a semiologia tenham um lugar privilegiado entre as diferentes abordagens. Destacamos apenas que as duas vertentes reclamam a oportunidade de uma integração, a partir do princípio, lembrado por Jakobson, de que um signo é traduzido por outro mais explícito. Nossa discussão preliminar se limita a precisar o impacto dessa formulação que, aparentemente, até hoje não teve receptividade merecida, expondo os obstáculos epistemológicos que derivam dela. Antes de invocar esses obstáculos, este texto fará uma digressão entre os círculos linguísticos, a fim de contextualizar a fala de Jakobson. No fim, deixaremos em suspenso um pragmatismo do signo, com a sugestão de integração entre semiologia e semiótica. Com ajustes, afirmamos essa possibilidade, assente

nas considerações de Jakobson, mas escapam aos nossos objetivos o seu desenvolvimento, senão a retificação do habitual problema da tradução, pelo problema da transição entre regimes de signos<sup>1</sup>.

De modo que entre a retrospectiva da trajetória de Jakobson e a sugestão de relação da semiótica com a semiologia, elencar-se-ão obstáculos epistemológicos para a integração entre os estudos do signo. São identificados quatro obstáculos que impedem uma integração entre semiótica e semiologia: a) o apego à função autor, que resulta da escolha do nome desse suposto estudo geral dos regimes de signos e da metalinguagem utilizada; b) o programa da obra, que pressupõe uma ordem metafísica que tanto Saussure quanto Peirce introduziram em suas respectivas pesquisas; c) a diferenciação do signo por princípio aritmético, que estabelece que 2 pertence à definição de Saussure e 3 à definição de Peirce; e d) a principalidade da linguagem no conjunto dos regimes de signos, pois, ao cumprir a função de regime modelador primário, todo e qualquer regime deve ser traduzido por ela.

O quarto obstáculo será tratado por meio da fotografia da imprensa. A partir dela, evidenciaremos o tradicional princípio da tradução entre regimes de signos diferentes, visto que a imagem na imprensa advém da charada que acontece entre legenda e fotografia. Apontamos que a fotografia da imprensa expressaria uma transição entre regimes de imagem e formações de enunciado, cuja passagem de um regime a outro não seria sempre garantida em uma operação de tradução por um signo mais explícito. A transição entre signos é o apêndice deste artigo ao ponto de partida entre Peirce e Saussure apontado pela leitura de Jakobson. Se os signos se tornam outros signos, a tradução considera o último signo depois da passagem como o signo mais explícito. A transição, por sua vez, demora-se menos no signo que antecede ou sucede do que na passagem propriamente dita. A natureza da passagem na cadeia é a consequência direta de um estudo integral dos signos, uma iniciativa de tratar a imagem dos meios de comunicação de massa pelo ponto de vista pragmático, não fazendo uma teoria geral do signo analisando a representação. Essa abordagem persegue a valência entre regimes de signo de diferentes naturezas, inclusive com estados de não-signos, a partir da dinâmica prática, historiada, vivenciada, não podendo ser generalizada e antecipada, pois depende da experiência parcial.

## 1 Os círculos da linguística

Os círculos linguísticos não são uma passagem supérflua no conjunto de eventos destacáveis que compreendem a história de Jakobson e da linguística estrutural ou semiológica como um todo. Pelo lado da Europa, os círculos são Moscou, Praga e Copenhagen. Pelo lado da América, tem-se o círculo de Nova Iorque. No entanto, todos os círculos mantêm aproximações e distanciamentos do livro *Curso de linguística geral* (1916). Essa obra foi feita a partir das notas de sala de aula de dois alunos, Charles Bally e Albert Sechehaye, oriundas do curso homônimo, lecionado entre 1908 e 1911, em Genebra, por Saussure. Isso é o que se pode chamar de escola de Genebra. Dessas notas de aula que saíram alguns dos problemas da linguística do século passado e, merece salientar, de diversas

outras formações de saber. Todos os círculos linguísticos se ligam de maneiras um tanto quanto distintas à escola de Genebra, cujas “formulações dos conceitos de base da linguística tornaram-se clássicas” (Volóchinov, 2006). Antes de ir à Genebra, Saussure lecionou de 1881 a 1891, na *École des Hautes Études*, em Paris. Durante esse tempo, formou vários alunos, destacando-se Antoine Meillet e Maurice Grammont (Benveniste, 2006, p. 12).

Com a escola de Genebra, foi possível se desenvolver a Sociedade para o Estudo da Língua Poética (OPOIAZ), que se tem por costume confundir com o círculo de Moscou, ou chamar de “formalismo russo”, continuação do que, de fato, veio de São Petersburgo. A escola russa, em sua gênese, esteve ligada em grande parte ao “método formal”, ou, como eles mesmos denominavam, morfológico. Esse método está “exposto nas obras da moderna teoria literária russa entre 1914-1916 e 1930”, ano em que se encerra a história dessa corrente (Sus, 1978, p. 10), com sua condenação e interdição pública pela União Soviética. A peregrinação de Jakobson entre os círculos talvez tenha aí sua primeira motivação, assim como o hábito de hostilizarmos pela alcunha de formalista. Em 1929, o pensamento linguístico em Moscou tinha “a maioria dos seus representantes sob a influência determinante de Saussure e de seus discípulos” (Volóchinov, 2006, p. 84).

A partir simultaneamente das premissas locais e dos estímulos dos russos (Mukařovský, 1978b, p. 3), o círculo de Praga (1926) deslocou a linguística e o naturalismo que se perpetrara na história da literatura tcheca. Não se pode fazer uma periodização ou construção tipológica que se limite simplesmente a subordinar o círculo de Praga ao de Moscou (Sus, 1978, p. 11). Todavia, Jakobson participou das teses de Praga. “Para a teoria do círculo, especialmente, a figura de Roman Jakobson foi logo de início uma das mais significativas” (Mattoso Câmara, 1967, p. 191). Com Jakobson que os dois círculos, de maneira efetiva, se unem. A contribuição foi decisiva para a nova concepção de estrutura, tanto na linguagem comunicativa como na poética, como mostram as teses de 1929. Mas o termo estruturalismo, “definindo a própria posição do círculo, não foi utilizado antes de 1934” (Wellek, 1978, p. 69).

Até 1939, Jakobson estava na Europa, sua atividade estava estritamente ligada a Trubetzkoy, ao círculo tcheco (Mattoso Câmara, 1967 p. 190) e, eventualmente, ao círculo de Copenhagen, mas com a chegada das tropas nazistas à Praga, ele se estabelece em Nova Iorque. Havia nos Estados Unidos, paralelamente aos círculos europeus, debates sobre a obra de Saussure, por parte de Leonard Bloomfield. O conceito de indivisibilidade da estrutura seria ultrapassado tanto por Bloomfield como por Jakobson. A estrutura, o ponto de partida do círculo de Praga, passa a se decompor em um “feixe de traços distintivos”, ainda que continue sendo a unidade linguística propriamente dita.

É verdade que o estruturalismo começou entre os círculos linguísticos do leste europeu, contudo não se limitará a eles. O conceito de estrutura vai se estender de tal maneira para tantas outras formações de saber na cultura do século XX, que a linguística mal poderia reconhecer ela mesma aí, nessa dispersão, sua própria linguagem.

<sup>1</sup> Usamos a palavra regime para destacar um caráter histórico e menos formal do que tradicionalmente o termo sistema evoca. A fotografia é um

regime de signos, porque não possui somente a forma de um signo, mas é constituída também por um regime de experiência.

## 2 Conferência de 1952

Nesse pequeno percurso, tentamos descrever um pouco o contexto ao qual Jakobson estava ligado. Como visto, a linguística de Jakobson, ou a dos círculos linguísticos, desprende-se da escola de Genebra. Em um primeiro momento, aproximar, como feito na conferência, a linguística estrutural ou semiológica de base saussuriana da semiótica de Peirce pode parecer, no mínimo, curioso. Porque “aí é que entram em cena as semiologias e semióticas. Diz-se geralmente no plural porque essas teorias não têm uma única matriz e possuem percursos e visões metodológicas distintas” (Oliveira Júnior, 2011a, p. 1).

Essa afirmação, embora correta, nos parece problemática, visto que surge um obstáculo epistemológico, quando se fica apegado à cronologia, à metodologia, à terminologia, às preferências ontológicas ou mesmo à vaidade de um nome de disciplina, semiótica ou semiologia, fazendo preponderar um estudo sobre o outro. Os partidários da semiologia e os da semiótica querem uma região do saber para orgulhosamente chamarem de sua. Para isso, elegem um fundador, uma biografia efetivamente vivida, um autor identificado com uma obra intencionalmente projetada.

Esse obstáculo epistemológico sofre com a dor da ausência do autor, ao qual é preciso referenciar sempre, fazendo valer todas as escolhas pessoais de uma terminologia, cunhada como uma rígida numismática para a qual qualquer arranhão na esfinge ocasiona a perda da cotação da medalha. O autor é a condição para se sonhar com uma análise geral do signo, em que os problemas mais difíceis são apaziguados, visto que a questão dos limites da metalinguagem se resolve nos limites de uma personalidade. E assim surge o obstáculo entre o mundo interior de um autor e o mundo efetivo do conjunto de possibilidades práticas que podem se expressar entre Peirce e Saussure.

*A semiótica peirceana está no âmbito lógico e filosófico da linguagem, tendo o signo, a unidade mínima da representação (entendendo que toda linguagem é uma forma de representação no mundo), como referência para se pensarem os níveis da percepção sobre o mundo (primeiridade, secundidade e terceiridade), e desses níveis decorrem tipos de signos/representação (ex.: ícones, índices e símbolos), que levam, em suas infinitas recombinações, a uma dimensão sintática, semântica e pragmática dos signos de qualquer natureza. De todas as teorias semióticas essa é a única que, em sua origem, não tem referência nos estudos linguísticos (Oliveira Júnior, 2011a, p. 1).*

Essa consideração se defronta com o fato de que a linguística de Jakobson, que antes estava em contato direto com a linguística estrutural ou semiológica de base constituída entre os círculos europeus, se vê, a partir de 1952, imbricada com uma semiótica peirceana. Na conferência, assim se expressou Jakobson: “desde 1867, C. S. Peirce, que, repito, deve ser considerado o autêntico e intrépido precursor da linguística estrutural, estabeleceu nitidamente o caráter linguístico da semântica” (Jakobson, 2022a, p. 37). Não é saussuriano, como é sabido por Jakobson, o conceito de semiótica, mas, sim, o de semiologia. Ele se coloca, contudo, entre uma semiótica de linhagem peirceana e uma linguística estrutural ou semiológica de filiação saussuriana.

No século XVII, John Locke, no *Ensaio acerca do entendimento humano*, apresentou uma *semeiotiké* ou doutrina dos sinais que, juntamente com a doutrina das coisas e das ações, seria parte das “três grandes províncias do mundo intelectual” (Locke, 1999, p. 315-316). Na primeira metade do século XIX, um filósofo como Monte Alverne entendia o signo como “aquilo que significa uma coisa diversa dele mesmo” (Alverne, 1859, p. XV); “por isso, diz Santo Agostinho, o signal além do conhecimento que introduz suscita outro conhecimento. Porque o signal instrumental suscita duas ideias, uma coisa de si mesmo e outra da coisa que significa” (Alverne, 1859, p. XVI).

Essa tradição é retomada, na segunda metade do século XIX, de uma maneira muito diferente pelo lógico estadunidense. A potência de Peirce está em ter inventado a semiótica. Ele parece refinar sua fenomenologia a partir da tábua aristotélica, das categorias de Kant e dos estágios do pensamento de Hegel (Peirce, 1974, p. 20, 24-41). “A partir do fim do século XIX, Saussure divulgou uma disciplina análoga. Estimulado, por sua vez, pelo impulso helênico, deu-lhe o nome de semiologia”, que foi uma teoria do signo inteiramente retomada à maneira dos estoicos (Jakobson, 2022b, p. 125-127).

Até que Jakobson fizesse as considerações da conferência de Indiana, a semiologia estrutural não tinha encontrado uma perspectiva em Peirce. Desde então, começamos a estar em face da iminente tarefa de examinar e comparar os diversos regimes de signos, linguísticos ou não.

## 3 Semiótica e semiologia hoje

A partir do momento que Jakobson identifica Peirce como “um dos maiores precursores da análise estrutural linguística”, a divisa entre os estudos do signo pode desaparecer. Segundo Jakobson, uma das teses esclarecedoras de Peirce “alvitra que o sentido de um signo é outro signo pelo qual ele pode ser traduzido” (Jakobson, 2022a, p. 38). A linguística de Jakobson, na conferência, e, mais tarde, em *A procura da essência da linguagem* (1965), parece ter edificado um projeto de estudo em Peirce, isto é, um exame dos regimes de signos linguísticos e não linguísticos, em uma tendência intersemiótica, apesar de estar totalmente baseada na tradução entre regimes, diferente do que, à frente, iremos sugerir. Para que Jakobson tenha concluído que Peirce estabelecera nitidamente o caráter linguístico da semântica (Jakobson, 2022a, p. 37), não significa que a obra de Saussure tenha sido esquecida, pelo contrário, ela foi amplamente debatida e divulgada ininterruptamente desde a formação de todos os círculos linguísticos até os dias da conferência.

Sugerimos que não é possível sustentar a perspectiva segundo a qual há uma semiologia estrutural em oposição a uma semiótica peirceana. Elas preenchem a mesma função prática, de modo que não precisamos deixá-las serem significadas por duas palavras diferentes. O costume, no entanto, é manter cada definição da ciência do signo encaixada em uma obra da qual não podemos isolar. Cada obra possuiria uma ordem metafísica, que tanto Saussure quanto Peirce teriam introduzido em suas pesquisas, de maneira que seria impossível integrá-las. Suas respectivas condições *a priori* de pensar eliminariam qualquer assimilação entre a semiologia e a semiótica (Deledalle, 2000, p. 107).

A diferença de ordem metafísica entre as obras desses dois autores lembraria em muito a querela escolástica entre o realista e o nominalista, se não fossem as fascinantes nuances em relação ao debate de outrora. Uma ordem metafísica consistiria no fato de que para Peirce, o pensamento é um signo exterior que afeta nossos sentidos de acordo com leis regulares. Sua obra tenta definir o signo se referindo aos efeitos reais de atividade para entidades mentais, uma manifestação que faz a ponte entre a realidade e o intelecto. Se o signo é uma manifestação fenomenal, um sinal, ele só é signo se for signo interpretado pelo pensamento e se dirigir à mente ou *quasi-mind*. Se Peirce mudou de opinião ou tinha uma visão conceptualista, de qualquer forma, reclama-se tal posição para diferenciar da ordem metafísica de Saussure.

Para o genebrino, o signo não estaria para uma substância, mas para uma forma. Na obra de Saussure, o signo não está para a substância de pensamento, mas para a forma da linguagem (*langue*), que pode ser examinada em si mesma e por si mesma. O signo da língua não é explicado pelas ideias do pensamento. O signo não serve como veículo de pensamento, ele serve de intermediário entre o conceito e o som, mas de maneira que o som e a imagem sonora importam menos do que a relação mantida com os signos ao redor. O signo não pode ser concebido como estando para um sujeito, nem ao menos para um sujeito possuidor de uma mente lógica, como aquele aceito por Peirce. Com a ressalva de que Peirce não se refere ao sujeito das faculdades da consciência, mas ao sujeito das operações do entendimento<sup>2</sup>. Para Saussure, longe de estar para uma substância, o signo não está nem sequer para um ser, o adequado seria colocá-lo para um não-ser, um “valor puramente positivo, relativo, negativo” (Saussure, 2006, p. 138). O signo não está para nenhum conteúdo positivo no plano da significação. Desse modo, Saussure rompeu com o psicologismo característico do pensamento neogramático, assim como Peirce evitou fazer da lógica uma questão de psicologia.

Essa controvérsia, praticamente ontológica, de saber que espécie de realidade o signo encerra, não deve distrair, uma vez que ela é um problema de caráter extrassignífico. A resolução do problema, seja pelo realismo, seja pelo nominalismo, não é pertinente. Milton José Pinto (1977, p. 62, 89) reconhece a diferença de ordem metafísica existente entre Peirce e Saussure, mas suspende mesmo assim a oposição entre as duas definições de signo, para levar adiante sua análise. O signo não é uma ficção nem uma realidade metafísica, mas única e simplesmente um semiotizar limitado por um código, que retira suas regras da tarefa ou de um regime histórico específico. Essa é uma perspectiva em que o signo age como condição de possibilidade de invenção, regulada similarmente como os modelos de linguagem no campo da ciência da computação. Conservar uma ordem metafísica ou condições *a priori* do pensar defendidas pela obra de Saussure ou pela de Peirce é uma das maneiras pelas quais se cria um obstáculo epistemológico. Hoje, é naturalmente questionável a afirmação

de que se trata de dois estudos diversos, visto que não existe diferença prática.

Com isso, não fazemos trivialização das diferenças. De fato, existem características únicas, paradigmas e finalidades irrepetíveis. É digno de nota, no entanto, que as diferenças, importantes do ponto de vista histórico e pedagógico, transformaram-se em verdadeiros obstáculos epistemológicos, com base em metafísicas e preferências, sem considerar fatores como desempenho, facilidade de uso e o problema levado em consideração, que são as divisas norteadoras para uma conduta prática para com os signos e seus regimes, como na criação das linguagens de programação. Se tanto um autor quanto o outro pessoalmente defendem visões distintas que impedem uma sobreposição de suas posições, visto que para Saussure, com efeito, o signo não está para uma substância de pensamento – não se pode deixar de reconhecer a experiência subjacente à formulação de Jakobson, de que as operações do interpretante se assemelham às regras do valor linguístico, que é determinado por suas relações com outros valores.

Ademais, que não se abuse da consideração dos aparentes aspectos aritméticos do signo para tornar possível uma distinção entre semiologia e semiótica. Como podemos perceber nos dois exemplos a seguir: a) “O número três funda quase todas as operações distintivas de Peirce, como o dois em Saussure” (Dubois, 1990, p. 62).

b) *“Assim, de acordo com a definição peirceana, o processo de produção signífica é tri-relativo, com isso modifica as bases da abordagem saussuriana, rompendo com a ação entre duplas e sofisticando o processo de produção signífica, à medida que ampliou a noção de signo e a liberou de sua base estritamente linguística” (Mauad, 1990, p. 14-15).*

A distinção numérica dos signos viria da posição metafísica das obras. Peirce teria colocado a linguagem na dimensão da terceiridade, onde se acha um elemento mental, ao passo que Saussure a colocaria na secundidade, como expressão de oposições distintivas, sem intervenção de fatos não linguísticos. A ação inteligente é triádica, enquanto que a ação diádica é dinâmica, ação bruta (Peirce, 1974, p. 122). A visão dessa distinção tradicionalmente se mantém, a despeito de ser bem fácil demonstrar um esquema triádico em Saussure (Thibault, 1997), ou diádico em Peirce, visto seu reconhecimento de que além de três interpretantes, “um signo tem dois objetos”<sup>3</sup> (Peirce, 1954, p. 333). A distinção entre três interpretantes e dois objetos se refere à “terceira reforma da *Gramática Especulativa*”, que emerge de uma carta que Peirce escreve a Victoria Welby em outubro de 1904 (Bellucci, 2018). Se, entre 1903 e 1908, Peirce se dedicou mais a uma sistemática classificação dos signos, não deixava de considerar que a “análise lógica não incide sobre elementos existentes. Ela consiste em traçar relações” (Peirce, 1974, p. 93)<sup>4</sup>. Seja como for, *entia non sunt multiplicanda praeter necessitatem quaestio*.

<sup>2</sup> A psicologia aceita por Peirce é um estudo das operações do entendimento, um estudo do sujeito lógico (*mind*) como parte da ciência natural, que difere da psicologia das faculdades, que era um estudo da consciência como parte da filosofia que identificou a alma com o eu (*ego*).

<sup>3</sup> “A sign has two objects”.

<sup>4</sup> Usamos os escritos finais, apesar de se aceitar uma aproximação com Saussure apenas nos escritos iniciais de Peirce. Os escritos finais de Peirce teriam substituído a lógica como parte de uma ciência mais geral dos signos, assim como Saussure considerava, pela ideia de uma ciência dos signos como gramática especulativa que seria parte da lógica (Bellucci, 2018).

A distinção aritmética surge em vista do signo não ser considerado em sua totalidade, como algo simples, sem partes. Como observa Saussure (2006, p. 139), que tudo seja negativo no signo só é verdade em relação aos seus constituintes tomados separadamente. O signo está para a forma, posto que, de qualquer lado que o abordemos, não se encontra nada de simples. A que Peirce poderia complementar, afirmando que o signo aceita divisões, mas à medida que as subdivisões prosseguem se tornam mais difíceis de discernir (Peirce, 1974, p. 33). Daí o efeito de ponto, indiviso, delimitado, com que ingenuamente se confunde o que exprimimos pela palavra um, como nos adverte Gottlob Frege. Ainda que o signo tenha partes, contar não é um ato empírico. O número, como causa e explicação, é de um estilo tão pitagórico. Em geral, procura-se a essência do signo no número, sem os distinguir, apesar de serem múltiplas as acepções do signo. Por que identificar o número com o signo, se o número é apenas uma entre outras possibilidades para o signo? “Como se fosse possível identificar a dualidade com o duplo pelo fato de o duplo se encontrar primeiro na dualidade” (Aristóteles, 1973, p. 223). O número e o signo devem ser encarados como *strata* retirados do sentido. Os *strata* do sentido não podem ser confundidos com ele. A ser assim, os números deixam de ser o sentido. O que conta não é o número, mas a elegância e a acessibilidade ao sentido. É uma perspectiva que se desenvolveu até se extrair signo do sentido no lugar de identificar o sentido com o signo. O culto à igualdade de uma certa semelhança não faz sentido.

Na Europa, diferencia-se o caráter trinitário e dual do signo por meio da tradição histórica do Renascimento (semelhança) e da Idade Clássica (representação), no sentido de Michel Foucault, respectivamente. Se, como disse Foucault (2000, p. 93), Saussure, de fato, redescobriu a condição clássica para pensar a natureza binária do signo, Peirce expressou sua semelhança trinitária sob a condição do sistema de signos do mundo ocidental que, desde o estoicismo, é ternária. Não ignoramos que essa distinção possua sua validade histórica na cultura europeia, questionamos sua validade insuperável de obstáculo epistemológico para os deslocamentos por vir.

No signo linguístico, segundo Peirce, além da exigida relação entre dois protagonistas no ato de fala, há a função do interpretante, que é “realizada por outro signo ou conjuntos de signos, que são dados juntamente com o signo em questão ou que lhe poderiam ser substituídos” (Jakobson, 2022a, p. 37). Nesse caso, acontece que “o sinal remete sempre a um objeto designado em relação a outros, o que aproxima Peirce do sistema saussuriano e do significado como valor [...] sendo a diferença apenas de ordem metafísica” (Pinto, 1977, p. 62-63). É esse movimento que particularmente nos interessa, em que o interpretante de um signo passa a outro. Por essa passagem podemos caracterizar melhor o momento decisivo da transição entre os signos que analisamos. Por isso, perder-nos no dédalo das complicações de termos de uma obra não nos aproxima de nenhuma opção de direção além do impasse, continuamos submersos ante ele. Não podemos entender que certas divisões permaneçam. Do ponto de vista didático e histórico, as distinções são da maior importância, mas ter que escolher entre essas duas perspectivas ou forçar divisões entre elas, do ponto de vista metodológico, não possui, precisamente, desde Jakobson, razão de ser. Cabe observar, pelo contrário, que semiótica e semiologia estão implicadas. Se há algum deslize, é

o desejo de querer já começar fora desse jogo, em lugar de nos colocarmos inseridos nele.

O problema fundamental dessas distinções vai adquirir ainda mais peso, ao se adicionar o obstáculo epistemológico que trata do impasse do estatuto dos signos não linguísticos perante a linguagem. Qual o seu sentido? A maneira pela qual Roland Barthes se apresenta em seus *Elementos de semiologia* (1964) contribuirá muito para o obstáculo da determinação do estatuto de um regime de signos não linguísticos em relação aos linguísticos. Ponto comum em que se força para se distinguir entre semiótica e semiologia. Barthes fala de uma estudo que, ao se desviar das estruturas dos linguistas, os fonemas, morfemas etc., encontraria os “fragmentos mais extensos do discurso” (Barthes, 2001, p. 12). E em seguida propõe:

*A semiologia é talvez, então, chamada a se absorver numa translinguística [...] a linguística não é uma parte, mesmo privilegiada, da ciência geral dos signos: a semiologia é que é uma parte da linguística. [...] Ora, não é absolutamente certo que existam, na vida social de nosso tempo, outros sistemas de signos de certa amplitude, além da linguagem humana (Barthes, 2001, p. 11-13, grifo no original).*

Exemplos concretos dessa absorção dos signos não linguísticos por uma *translinguística* dos signos linguísticos aparecem a partir do exame de Barthes da fotografia da imprensa. Nos textos “A mensagem fotográfica” (1961) e “Retórica da imagem” (1964), amostras dessa *translinguística* podem ser observadas. Mas que não se confunda com o único ponto de partida para os demais confrontos, a eventual coordenação dos regimes de signo ou a resolução da questão da principalidade da linguagem.

Barthes se interessa pela fotografia da imprensa, essa “charada que reúne numa única linha de leitura palavras e imagens” (Barthes, 1984, p. 14). O crítico francês observa que “ao nível das comunicações de massa, é evidente que a mensagem linguística está presente em todas as imagens” (Barthes, 1984, p. 31). Ele se refere à legenda de “toda e qualquer fotografia da imprensa”. O que chama de fotografia dos meios de comunicação de massa é uma estrutura de imagem e enunciado. A fotografia da imprensa é uma dupla estrutura que, garantida por um procedimento imanente, em outra se cliva. “Eis-nos imediatamente no cerne do problema mais importante que se coloca à semiologia das imagens” (Barthes, 1984, p. 27). Barthes considera que o exame dessa charada deve se basear em um procedimento que esgota uma estrutura isoladamente e depois a complementa em outra. Para ele, a fotografia da imprensa “não é apenas um produto ou uma via, é também um objeto, dotado de uma autonomia estrutural” (Barthes, 1984, p. 13).

Para ler uma imagem não precisamos de nada mais do que nossa percepção. A mensagem fotográfica é denotativa, de acordo com Barthes, sem código, ou, preferencialmente, a cena do real, seu *analogon* perfeito (Barthes, 1984, p. 14). O modo pelo qual Barthes nega a semiose, ou usando um conceito de teoria da informação, qualquer forma de código na imagem fotográfica, pode, realmente, parecer uma afirmação arriscada. Ainda mais quando coloca que, por outro lado, “as conotações da fotografia coincidiriam, pois, grosso modo, com os grandes planos de conotação da linguagem” (Barthes, 1984, p. 23). Na verdade, se Barthes, ao negar código na fotografia, vai longe,

nos parece que ele não vai longe o suficiente. Pois recoloca no enunciado da legenda, em oposição à imagem, uma função de codificado. Segundo ele,

*[...] o paradoxo fotográfico seria, então, a coexistência de duas mensagens, uma sem código (seria o análogo fotográfico), e a outra com código (seria a arte, ou o tratamento ou a escrita ou a retórica da fotografia) [...] O texto não faz senão ampliar um conjunto de conotações já incluídas na fotografia (Barthes, 1984, p. 16, 22).*

Quando, aqui, por outro lado, falamos de regimes de signos linguísticos que se remetem a outros regimes de signos não linguísticos, notamos que Barthes não incide, suficientemente, no problema. De fato, não há código na imagem. Só que para nós não há código na fotografia assim como também não há código no enunciado. O enunciado não é palavra, proposição ou frase que se codifica (Foucault, 2009). Os enunciados são perfeitamente como as imagens, as cores, etc. Todos são planos semiotizáveis, ao menos a informática não desmente isso. Não nos parece possível subordinar os regimes de signos não linguísticos aos linguísticos, tampouco é possível considerá-los como fundamento destes. Os dois estão imbricados, não interessa especificamente a tradução de um regime pelo outro, ao contrário, o diferencial pode vir a ser o estado pelo qual um regime passa a outro, quando um chama um outro, que responde ou corresponde a sua voz, ou são chamados por um terceiro, pela força de uma segunda transição.

Todavia, não é o sentido que falta com a ausência de estrutura na imagem e no enunciado, a experiência mostra que, ao contrário, há sentidos de mais e estabilizá-los ou designá-los por códigos não é nada mais que categorias mais ou menos gerais de estratificação de um regime de signos, não o traço da linha singular da natureza da sua semiose, o plano completo do seu código, a imanência estrutural de uma essência. Não se descobrem códigos, semioses e estruturas que estão em algum lugar, ou que são próprios de objetos específicos, mas se estudam experiências, produz-se e se inventa uma transição, mais ou menos motivada, em lugar da posição e daquilo que vai percorrê-la ou preenchê-la. O enunciado é um duplo da imagem, um se remete ao outro. Mas afirmar que o enunciado é como a imagem não é dizer que são a mesma coisa. Dizer que tudo é a mesma coisa, que nada muda, é dizer nada. Na verdade, eles mantêm entre si uma transição que os difere e os desvia um do outro. É essa valência que cabe ser a incerteza de um pragmatismo do signo.

E o paradoxo de Barthes? Ele é intensificado a partir do momento que não se reconhece uma falta de código somente na imagem, à medida que o enunciado vem como ela manter, em graus diversos, uma dupla descodificação que, ao mesmo tempo, não é ausência de sentido. O sentido se produz, paradoxalmente, assim, entre um e outro. Isso serve para não se acreditar que se pode esgotar todo sentido ou experiência possível. O sentido não é o que é possível, mas o todo da experiência. O pragmatismo do signo aprendeu a semiotizar integralmente, ele extrai signo do sentido, sem os identificar.

É antigo o princípio da principalidade da linguagem reclamado por Barthes. Ele permeia diferentes paradigmas epistemológicos. A estrutura, tal como a concebia o círculo de Praga, partia do ponto de vista semiológico para se debruçar sobre a arte. Em “A arte como fato semiológico” (1934), Jan

Mukařovský sublinhava a “importância das questões semiológicas para a estética e para história da arte”, e já havia colocado a semiologia como ponto de determinação para o estudo de artes autônomas, como “a pintura “absoluta” de Kandinsky ou as obras de certos pintores surrealistas”, que se apresentavam em relações oscilantes entre estrutura, signo e valor (Mukařovský, 1978a, p. 135). O círculo de Praga entendia aquilo que os franceses resumiriam mais tarde, que os resultados da “semântica linguística deveriam ser aplicados a todos os outros regimes de signos e diferenciados segundo os seus caracteres específicos” (Mukařovský, 1978a, p. 132).

Louis Hjelmslev, por sua parte, evocava nos *Prolegômenos* (1943) o círculo de Praga para afirmar que, “na prática, uma língua é uma semiótica na qual todas as outras podem ser traduzidas” (Hjelmslev, 2006, p. 115). Hjelmslev queria que se designassem por semióticas as pesquisas referentes aos domínios particulares (gestos, cinema etc.) e que se considerasse a semiologia como teoria geral de todas as semióticas (Fiz, 1978, p. 138). Ponderava, contudo, que a linguagem, “sem dúvida, resulta de uma particularidade estrutural, que compreenderíamos melhor se estivéssemos informados sobre a estrutura não específica das semióticas não linguísticas” (Hjelmslev, 2006, p. 115).

Na França, a principalidade dos signos linguísticos promoveu um arrebato metodológico inicial, arrefecido apenas mais tarde. Naquela fase, segundo A. J. Greimas (1973, p. 20, 81, 82), a linguagem ocuparia uma posição privilegiada, “por servir de ponto de partida a transposições e de ponto de chegada de traduções”. Em *Semântica estrutural* (1966), qualquer outro regime de signos não linguísticos pode ser traduzido em uma língua natural, enquanto o inverso nem sempre é verdadeiro. O que levaria todo o exame de um regime de signos a ter que depender da mesma metodologia de descrição das línguas naturais. A primazia da língua, no conjunto dos regimes de signo, vai estar apoiada no princípio metodológico de arbitrariedade do signo, que pertence à descrição linguística.

Émile Benveniste confirmava que o objeto principal da semiologia é o conjunto dos sistemas fundados sobre o arbitrário do signo, em algo inteiramente exterior e convencional. Pensando dessa maneira, Benveniste não retoma o signo enquanto dotado de conexão necessária, como visto em seu artigo “Natureza do signo linguístico” (1939). Para ele, em “Semiologia da língua” (1969), ao contrário, “o que liga a linguística à semiologia é esse princípio, colocado no centro da linguística, o de que o signo linguístico é arbitrário” (Benveniste, 2006, p. 50). E completa:

*Uma coisa ao menos é certa: nenhuma semiologia do som, da cor, da imagem, será formulada em sons, em cores, em imagens. Toda semiologia de um sistema não linguístico deve pedir emprestada a interpretação da língua, não pode existir senão pela e na semiologia da língua (Benveniste, 2006, p. 61).*

Por sua vez, Jakobson considerava a tradução dos signos linguísticos por meio de um regime de signos não linguísticos como “transposição intersemiótica”, “tradução intersemiótica ou transmutação” de um regime para outro, um processo de recodificação (Jakobson, 2022c, p. 81, 91). Apesar disso, sustentava, assim como os franceses depois dele, que “a

linguagem é de fato todo o fundamento da cultura. Em relação à linguagem, todos os outros sistemas de símbolos são acessórios e derivados. O instrumento principal da comunicação informativa é a linguagem” (Jakobson, 2022a, p. 20).

Isso não leva a esquecer a leitura de Jakobson, que permite uma integração entre semiologia e semiótica, quando ele reconhece o signo em Peirce, se não como um correlato do signo em Saussure, ao menos como uma maneira de se contribuir para a própria empresa do sentido. “Se é verdade como diz Peirce, que todo signo pode ser traduzido em outro signo mais explícito” (Jakobson, 2022a, p. 41).

Em suma, a principalidade da linguagem se reporta à tradução dos signos não linguísticos, que deveriam ou teriam de ser explicitados, de alguma maneira, por meio dos signos linguísticos. Diante disso, estamos atentos para o fato de que retomar a distinção, que nos leva a ter que decidir entre a semiologia como parte da linguística ou a linguística como parte da semiologia, entre semiótica e semiologia, entre semiologia e linguística, entre signos linguísticos e não linguísticos, no que tange ao sistema modelador primário, é a maneira pela qual os círculos linguísticos, e a segunda fase da escola de Paris, Barthes, Benveniste<sup>5</sup> etc., contribuíram para a criação de um obstáculo epistemológico.

O destino da semiótica será o de se ligar a uma semiologia, semiologias que descrevem semióticas, ou vice-versa. Instaurar a distinção nos estudos dos regimes de signos se tornou uma questão puramente metafísica, um apego sem vida, um exercício de poder. Visto que “Peirce deu uma definição incisiva do principal mecanismo estrutural da linguagem ao mostrar que todo signo pode ser traduzido por outro signo no qual ele está mais completamente desenvolvido” (Jakobson, 2022a, p. 39).

Ao longo da tradição, ser recolocado, contudo, que a linguagem é o signo mais bem desenvolvido, que há predominância sua sobre todos os outros regimes de signos (fotografia, gestos etc.), à medida que todos são traduzidos pela língua, é algo que, no momento, nos retém mais atenção.

Verificamos como a leitura de Peirce enriqueceu Jakobson no território da linguística estrutural ou semiológica com os dados da semiótica, embora seja tradicional esbarrar no obstáculo epistemológico dessa integração, ao se insistir na seguinte acepção: não se pode deixar de se afirmar que a linguagem é o regime modelador primário de todos os outros regimes de signos, ou deixar de se indagar, se esses outros, que não são linguagem, teriam, realmente, um regime autônomo passível de se considerar e se analisar em si e por si mesmo, uma autonomia estrutural.

De fato, não basta dizer que se passa de uma semiologia para uma semiótica pela escolha de se manter um logocentrismo ou de se abster dele. Mas não é verdade que há toda uma logofobia em nossa cultura? Não queremos fazer o papel desconfortável de ter que decidir entre uma logofobia ou um logocentrismo. Talvez, se analisem, assim, os desempenhos, o acesso e as tarefas dos signos, muito mais que um autor ou uma obra; se examinem as passagens, transições e repercussões, muito mais que as traduções entre regimes de signos isolados. É preciso indagar às artimanhas do poder, ao apego afetivo e à manutenção de condições *a priori* do pensar pelas pressões de

seleção exclusivista que nos empurram para uma lógica de distinção. O que fazer com os aspectos da análise que envolvem questões sobre as quais não é necessário saber nem crer?

Há menos uma tradução ou recodificação do que uma transição ou transcodificação entre regimes de signo. Se partirmos da tese que “um signo se traduz em outro signo mais explícito”, não precisamos decidir sobre que tipo de signo ocupará a posição dos signos mais explícitos, se são os signos linguísticos ou não linguísticos. Pode-se procurar, ao contrário, a rede que funda a passagem entre os signos, colocando-os em uma espécie de transição expressiva entre regimes.

A operação de transição nos ajudará a compreender melhor a valência da multiplicidade entre signo linguístico e não linguístico. Mas não se pode considerar essa passagem de modo universal, assim como Barthes tratou da fotografia em geral. A generalidade não se basta, nem ao menos quando caracteriza um ou outro signo, um ou outro regime. Trata-se sempre de transições singulares, não de toda fotografia da imprensa, tampouco da essência da relação entre diferentes regimes de signos. Para isso, é necessário recorrer a uma pragmática, que reconhece experiências específicas de transição, variáveis segundo a necessidade do acontecimento parcial considerado.

Temos, em resumo, alguns obstáculos epistemológicos da integração entre semiologia e semiótica, que destacamos no seio dessa problemática de distinção.

a) Da afeição à função autor e, conseqüentemente, o nome do suposto estudo geral dos regimes de signos e da terminologia utilizada: semiótica (Peirce) / semiologia (Saussure).

b) Do programa epistemológico da obra. A manutenção da concepção de obra e sua diferenciação por ordem metafísica.

c) Da natureza do signo, sua insuperável diferenciação por origem histórica e aritmética, 2 (Saussure) e 3 (Peirce), o que já está ligado de certa maneira ao autor e à obra.

d) Da principalidade da linguagem no conjunto dos sistemas semiológicos. O estatuto da tradução de todos os signos não linguísticos pelos signos linguísticos e a ausência de código, por parte dos não linguísticos, por eles mesmos e em si mesmos.

Parece, portanto, que o primeiro dever do semiótico/semiólogo, ou, podemos nos livrar das terminologias, do pragmata que deseja empreender um estudo das repetições entre os signos e seus regimes, consistiria em interromper as oposições e ultrapassar os obstáculos epistemológicos que residem entre a tradição linguística da semiologia e a tradição semiótica da comunicação. “Deve-se lembrar que a teoria peirceana não trabalha por exclusão, e sim por interseção ou por sobreposição de categorias de análise” (Oliveira Júnior, 2011b, p. 2).

#### 4 Deslocamentos por vir

Este estudo tratou dos obstáculos epistemológicos da relação entre a semiótica peirceana e a semiologia estrutural, como modo de apresentar uma discussão preliminar às tentativas de integração por vir. O artigo lembrou como uma leitura de Jakobson permitiu começar a estabelecer uma integração entre as duas tradições de estudo dos signos. Jakobson era uma figura perene entre os círculos linguísticos, comprometido com as lições de Saussure. No entanto, ele afirmou que Peirce era o verdadeiro fundador do

<sup>5</sup> É sabido que Benveniste era discípulo de Meillet.

estruturalismo. Se os círculos linguísticos deram certa continuidade ao pensamento de Saussure, o que levou Jakobson a fazer uma declaração dessa magnitude? A nossa dúvida é saber até que ponto a integração entre os dois estudos não está aí pressuposta, à medida que o linguista russo não somente a sugere, mas ainda indica o primeiro passo para ela. Como é pontuado por alguns autores, depois de Jakobson, o conceito de valor linguístico em Saussure equivale e se completa com o conceito de interpretante em Peirce, no qual um signo é traduzido por outro mais desenvolvido.

Apesar disso, assumimos que o papel da hipótese que todo signo se traduz em um signo mais explícito poderia ser convertido na incerteza de que um regime de signos não se mantém sem fazer vibrar outro regime que, superados como dois fatores variáveis, estão em crescente transcodificação, cujo produto progride hiperbolicamente. A questão que se coloca será de quando estaremos autorizados a falar da existência dessa passagem, posta em um estado de oscilar ou alternância, que só poderá vir a se justificar via um pragmatismo, em que a classificação e a hierarquia das transições entre os signos e os regimes não têm qualquer ambição de resultado absoluto, mas dependem de uma ocorrência parcial.

O fato de que um único e mesmo signo pode, no interior de cada regime, ser considerado à parte, não se confunde com outro fator inteiramente diferente segundo o qual cada regime comporta um trajeto real, com vários níveis de relações de vizinhança, concorrentes a diversas ordens de transição entre signos. Em lugar de traduzir signos diversos, a linguagem se vincula a eles por meio de um feixe, que transita entre relações diferenciais e distribuição de pontos notáveis, sustentado em um espaço-tempo-parcial.

Portanto, somente a predominância da experiência poderá colocar em questão o estatuto da transição entre os signos linguísticos e não linguísticos, não porque ela garante os fatos ou sua determinação, mas em razão de por ela se encontrar a posição equivalente do acaso ou tempo em seu meio. O critério pragmático do tempo não só poderá deixar em suspenso a questão da tradução de um regime pelo outro, mas levantará a pergunta pela prática que funda a transição entre signos linguísticos e não linguísticos. “Temos certeza que sem conhecer a história de um regime de signos e da sua práxis, não se podem perceber as determinações e influências que o próprio regime deixa no signo e em sua expressividade” (Oliveira Júnior, 2011b, p. 1). De maneira que se problematiza um regime de signos linguísticos, que entra em relação com um regime de signos não linguísticos, por meio de uma abordagem pragmática, ou seja, que insere a variável prática ou tempo como condição de passagem entre regimes de signos diferentes. Sendo assim, de acordo com um planejamento pragmático, considerar o que pode ser vantajoso ou não no estudo dos signos sempre levará em conta a experiência em lugar de se deter diante dos obstáculos epistemológicos.

A dicotomia entre semiologia/linguística e semiótica/comunicação acaba por prejudicar toda a pesquisa. No desaparecimento da distinção, nasce outro estudo, que vai na direção de um pragmatismo dos regimes de signo. O signo não é somente arbitrário, nem exclusivamente necessário, mas, finalmente, incerto, ao passo que, situado na experiência, ou em uma pragmática singularizada, coloca o acaso menos como interpretante da tradução do que da transição existente entre signos arbitrários e necessários. Seremos levados, dessa

maneira, não a uma decisão entre isto ou aquilo, mas inversamente, a tomarmos a história como bússola e a experiência como direção, no mar absoluto dos signos, sem praias e sem fundo. Retomando o lado racional da questão, existe algum obstáculo intransponível que impeça que os signos dançem de um regime a outro, de uma tradição à outra?

## Referências

- ALVERNE, M. *Compendio de philosophia*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1859.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução de Vincenzo Cocco. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- BARTHES, R. *Elementos de semiologia*. São Paulo; Cultrix, 2001.
- BARTHES, R. *O óbvio e o obtuso*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- BELLUCCI, F. *Peirce's Speculative Grammar: Logic as Semiotics*. New York/ London: Routledge, 2018.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral*, vol. 2. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- Deledalle, G. *Charles S. Peirce's philosophy of signs: essays in comparative semiotics*. Indianapolis: Indiana University Press, 2000.
- DUBOIS, P. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papyrus, 1990.
- FIZ, S. A arte como fato semiológico. In: TOLEDO, D. (org.). *Círculo linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia*. Porto Alegre: Globo, 1978.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2009.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GREIMAS, A. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- HENN, R. *Os fluxos da notícia*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.
- JAKOBSON, R. A linguagem comum dos linguistas e antropólogos. In: JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2022a. 17-41 p.
- JAKOBSON, R. À procura da essência da linguagem. In: JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2022b. p. 124-149.
- JAKOBSON, R. Aspectos linguísticos da tradução. In: JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2022c. 79-91.
- LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano*. Tradução de Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- MATTOSO CÂMARA, J. Os estudos fonológicos de Roman Jakobson. In: ROMAN, J. *Fonema e fonologia, ensaios*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967. p. 187-200.
- MAUAD, A. *Sob o signo da imagem*. Niterói, RJ. Tese de Doutorado. UFF, 1990.
- Mukařovský, J. A arte como fato semiológico. In: TOLEDO, D. (org.). *Círculo linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia*. Porto Alegre: Globo, p. 132-139, 1978a.
- Mukařovský, J. Formalismo russo, estruturalismo tcheco. In: TOLEDO, D. (org.). *Círculo linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia*. Porto Alegre: Globo, p. 3-9, 1978b.
- OLIVEIRA JÚNIOR, A. *Notas sobre semióticas e semiologias*. Fotocópia de sala de aula, 2011a.
- OLIVEIRA JÚNIOR, A. *Notas a uma semiótica peirceana da fotografia*. Fotocópia de sala de aula, 2011b.
- Peirce, C. *Escritos coligidos*. Tradução de Armando Mora D'Oliveira e Sérgio Pomeranblum. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- Peirce, C. *The Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Vol. 8. Cambridge; Harvard University Press, 1954.
- PINTO, M. *Análise semântica das línguas naturais*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.
- SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SUS, O. Do formalismo russo ao estruturalismo tcheco. In: TOLEDO, D. (org.). *Círculo linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia*. Porto Alegre: Globo, p. 10-19, 1978.

Thibault, P. *Re-reading Saussure: the dynamics of signs social life*. New York: Routledge, 1997.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

WELLEK, R. A teoria literária e a estética da escola de Praga. In: TOLEDO, D. (org.). *Círculo linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia*. Porto Alegre: Globo, p. 50-72, 1978.

Artigo submetido em 26/12/2022

Aceito em 01/10/2023